



PLANO E ORÇAMENTO

2015



COFRE DE PREVIDÊNCIA
DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

ÍNDICE

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2015	1
I – PLANO DE ATIVIDADES	1
II - ORÇAMENTO ORDINÁRIO	4
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS	9
RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS	10
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS	11
DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS	12
PARECER DO CONSELHO FISCAL	15

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2015

I – PLANO DE ATIVIDADES

VENERANDAS/OS SÓCIAS/OS

Em cumprimento do disposto no Art.º 98º dos Estatutos, apresentamos e deixamos à consideração dos venerandos sócios o Orçamento Ordinário para o ano de 2015.

Abertura

Como sabem, tem sido desde sempre uma preocupação constante do Conselho de Administração para a área, considerada mais sensível do Cofre, os Associados e a sua sustentabilidade. Já nos referimos por diversas vezes, a esta temática, mas nunca é de mais lembrar a necessidade de todos juntos continuarmos a trabalhar para a sua manutenção angariando associados de uma faixa etária mais baixa.

Não é fácil, mas com persuasão e o contributo de todos vamos conseguir mostrar aos mais novos a mais - valia de ser associado do Cofre enquanto Instituição de apoio e solidariedade.

A política então seguida para a captação de novos sócios, não foi a ideal, como sabemos. Na nossa opinião, como então foi transmitido, era possível aumentar o seu número apesar das dificuldades já sentidas.

Utilizou-se uma estratégia diferente da usada até ao momento, menos burocracia e com uma nova categoria de sócios conseguiu-se um aumento significativo do valor referente às quotizações, apesar da diminuição de Sócios - pelos mais diversos motivos sobretudo o perecimento de 638 sócios, até presente dia 25.

Todavia, apesar do apelo para todos trabalharem no sentido de motivar os colegas, nos mais diversos locais de trabalho, para aderirem à causa do Cofre de uma maneira geral, com algumas exceções de louvar, a maior parte dos Associados pouco têm feito por isso.

Assim e por essa falta de contributo voluntário resolvemos criar um grupo de trabalho, ligado ao Núcleo de Ação Social, no qual estão integrados dois trabalhadores aposentados com um grande conhecimento do Cofre, e uma Senhora com uma larga experiência no marketing e já no terreno tem-se revelado uma mais-valia na recuperação de sócios eliminados e na captação de novos.

Como sabem o veículo de transmissão de comunicação por excelência, é a nossa Revista CFR., já disponível na internet e um sítio mais apelativo, todavia da leitura que fazemos dos dados fornecidos, apesar de ter aumentado significativamente as visitas ao nosso sítio, ainda não é o suficiente e aquele grupo vai igualmente ter essa missão de mostrar o Cofre e divulgá-lo nos vários serviços da Administração Central e Local e onde se mostre necessário.

A nossa perspetiva para o ano de 2015, apesar da abertura forçada às nossas remunerações, aposentações e pensões, pela intervenção do Tribunal Constitucional, será igualmente difícil para todos, os novos impostos e taxas levam a aludida abertura a ficar apenas entreaberta. Para minimizar temos de continuar a apoiar os sócios mais carenciados para poderem cumprir as suas obrigações.

A continuidade das bolsas de estudo para estudantes do ensino secundário e universitário para o ano letivo de 2014/2015, a oferta das residências universitárias nas cidades de Lisboa e do Porto felizmente também já esgotada, e da bolsa de compensação, conhecida por bolsa sénior, para os sócios com um rendimento insuficiente para o pagamento da prestação nas nossas residências, terá uma continuidade natural no ano de 2015.

O Seguro de Saúde, apesar das dificuldades e de alguns desacertos, como todos sabem e hoje já ultrapassados aí está já com um número muito razoável de adesões, apesar de ter ficado aquém das nossas perspetivas, podê-lo-emos considerar um bom resultado. Continuamos a trabalhar na sua melhoria renovando e melhorando as ofertas com o objetivo de chegar e ajudar todos os nossos Associados.

Dentro da estratégia delineada para a aquisição de imóveis, sempre com o objetivo de obter uma mais-valia para o Cofre e seus Associados adquirimos, ao fim de 30 anos a viver em compropriedade no nosso prédio da Rua da Prata, os 25% ao nosso comproprietário, pelo preço de 570.000,00 € com o objetivo de ali, depois de realizadas obras, centralizarmos todos os nossos Serviços Administrativos no ano de 2015.

A gestão dos nossos Centros de Lazer passou a ser feita diretamente pelo Cofre e apesar de algumas dificuldades na Quinta de Santa Iria, superadas pela introdução de um novo equipamento informático de harmonia com a exigência da Administração Tributária e Aduaneira, os resultados passaram a ser mais reais, assim como o Centro de Lazer do Vau que teve uma procura e um período de estadias mais prolongado na sua existência. Vamos, por isso, continuar com a política adotada para estes Centros.

A estratégia delineada, ao aumentar o número de anos para amortizar a aquisição de habitação própria, vai prosseguir continuamos assim a baixar o valor da prestação havendo uma maior disponibilidade financeira para o Associado, no próximo ano de 2015 mantemos a decisão de não aplicar o coeficiente de aumento das rendas.

O Contencioso apesar de todos os mecanismos de prevenção, do aumento do período de carência de três meses para um ano, da obrigatoriedade de apresentação do recibo da remuneração e do certificado do Banco de Portugal, aumentou contrariando os resultados verificados no ano anterior. Vamos tomar medidas mais agressivas, para o próximo ano e mais eficazes para combater o incumprimento.

Os projetos para o ano de 2015

No nosso terreno de Queluz depois de efetuada a limpeza do terreno e se ter construído o muro de segurança iremos finalmente avançar com numa primeira fase construir uma Residência de Dia e um ATL, depois de ultrapassada a dificuldade, por parte da Câmara de Sintra, em nos dizer no que se vai passar entre o terreno do Cofre e o Quartel.

Na Quinta de Santa Iria – Covilhã com o objetivo de economizar os combustíveis fósseis, (GAS) no corrente ano concluímos a montagem do ar condicionado nos apartamentos e com o mesmo objetivo de economia levaremos a cabo a montagem de um sistema híbrido de aquecimento através do sol e vento.

Conclui-se o Campus de Ciência Viva onde se localizam, o observatório astronómico, o planetário, o auditório e o anfiteatro; terminámos as reparações de água e eletricidade as quais como se encontravam ofereciam perigo eminente para o empreendimento e para os seus visitantes, para o ano, e para ali os nossos Associados poderem fazer hidroginástica, iremos nivelar a profundidade da piscina atualmente com três metros num dos seus extremos.

Na abertura do Campus estiveram presentes as mais altas individualidades de todos os concelhos e das escolas limítrofes para assim poderem levar aos seus munícipes a realidade e as virtualidades daquele investimento para a cultura e saber e com isso trazerem as escolas, os visitantes e assim nos ajudarem na amortização daquele investimento.

No Centro de Lazer do Vau, iremos concluir o projeto dotando o lado nascente de aparelhos de ar condicionado, tal como o fizemos para o lado poente no decurso do presente ano.

Na Residência de Loures, não foi possível ampliar a residência em mais 24 camas devido à discussão pública do Plano de Ordenamento Municipal, motivo para o atraso na aprovação do nosso projeto. É nossa intenção, dado o projeto se encontrar em apreciação final, iniciarmos no decurso do ano de 2015 as aludidas obras.

No concelho do Seixal, como sabem o maior número de sócios está localizado na área de Lisboa e Setúbal, é intenção do Conselho iniciar diligências junto das autarquias ou de particulares para encontrar um espaço com dimensões dignas para comportarem jardim e horta para ali se poder construir mais uma Unidade para os nossos Associados sénior ali residentes.

No distrito de Leiria, aproveitando a sua localização e os distritos confinantes onde temos cerca de 6 mil sócios e a oferta de condições especiais por parte da autarquia iremos no ano de 2015 continuar as diligências no sentido de obter um espaço com as dimensões dignas para a construção de mais uma Residência Sénior.

No distrito do Porto, o excesso de oferta em Residências Sénior como sabem, levou-nos a desistir do projeto da anterior gestão para Arcozelo – Gaia. Depois de concluído o projeto de urbanização e a sua viabilização por parte da Câmara Municipal do Porto, vamos no próximo ano colocá-lo no mercado de venda, a fim de se amortizar o investimento então realizado. Optámos por fazer protocolos para o alojamento dos nossos Associados daquela região.

No financiamento à habitação e abonos reembolsáveis, o agravamento da crise financeira e económica, à qual o Cofre não é imune, e o incumprimento obriga-nos à contenção orçamental, decidimos por isso manter a mesma dotação para o ano de 2015.

Nos recursos humanos, vamos continuar a sua valorização e o reconhecimento do mérito como fator decisivo na progressão profissional, pedindo alguns sacrifícios na contenção de pedidos de horas extraordinárias.

Para isso é fundamental a formação para existir a eficiência, a produtividade, a correção, a simpatia e a disponibilidade. A mobilidade interna é também um fator de inovação e conhecimento.

A avaliação de desempenho terá de ser rigorosa para poder ser justa, os melhores têm de ser distinguidos. A otimização dos recursos humanos é um objetivo a polivalência dos novos contratos é uma realidade. Todavia o aumento dos serviços prestados, as aposentações, apesar da otimização, irá naturalmente exigir novas contratações.

II - ORÇAMENTO ORDINÁRIO

1. – Considerações Técnicas

As estimativas, de receitas e despesas para o próximo ano, assentam em critérios rigorosos indispensáveis à segurança da instituição.

A análise financeira efetuada ao longo do ano de 2014, comparada com a de anos anteriores, permite-nos concluir pela realização dos objetivos ora propostos.

O “Orçamento” continua a ser construído na ótica das receitas e despesas, levando a confinar-se num “Mapa de Tesouraria” refletindo, apenas os movimentos relacionados com recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do respetivo ano. Não deixando por isso de ter outras premissas entre as quais estão prendem os prazos de recebimento, pagamento e os saldos a existir à data de 31 de Dezembro do ano em curso, assim como os saldos do ano orçamentado.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA faturado, quando se relacionem com atividades passíveis deste imposto.

A receita é líquida de IVA. A diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis é inserida em “Operações extra – orçamentais”.

2. – Explicitação Orçamental

Na explicitação orçamental incluiremos, apenas, as rubricas que, pelo seu peso percentual, mereçam ser objeto de comentários.

2.1. – Receitas Correntes

Para o total de 7.196.000,00 € previstos em Receitas Correntes, as componentes a assumirem maior importância pelo seu peso percentual são, os “Rendimentos da propriedade” e as “Transferências correntes”. Os primeiros respeitam a juros obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos aos recebimentos da Quotização, Serviços prestados nos empreendimentos do Vau e Covilhã e residências seniores e universitárias.

2.1.1. – Rendimentos da Propriedade

Um dos capítulos que integram as “Receitas Corrente” é o de “Rendimento da Propriedade”.

2.1.1.1. – “Juros - Famílias” – “Abonos Reembolsáveis”

No conjunto dos financiamentos concedidos, são os abonos reembolsáveis os mais procurados. Contribuem para este afluxo, as condições de reembolso, não só no referente aos prazos mas também às taxas de remuneração.

2.1.1.2. – “Juros - Famílias” – “Propriedade Resolúvel” e “Obras de Beneficiação”

Quanto à propriedade resolúvel a dotação para o ano de 2015 manteve a mesma dotação em relação ao ano anterior.

2.1.1.3. – “Juros – Sociedades Financeiras”

Os juros estimados nesta rubrica são inerentes às “Aplicações de tesouraria” existentes nesta data e que manteremos em 2015. Prevê-se um total de 59.000,00 €.

Estima-se na rúbrica “Rendimentos da propriedade – Famílias”, correspondendo ao total de juros provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis, seja na ordem de 1.555.000,00 €.

Assim, em “Rendimentos da propriedade” prevê-se um total de 1.625.000,00 €, sendo 1.555.000,00 € relativos a “Juros - Famílias”, 11.000,00 € de juros provenientes da imobilização financeira em Títulos de dívida pública e 59.000,00 € de “Juros -Sociedades financeiras”.

2.1.2. – Transferências Correntes

2.1.2.1. – Famílias

Para o conjunto de receitas provenientes de Quotização, Centro de Lazer – Vau, Unidade de Turismo Rural - Covilhã, Residências Seniores de Loures e Vila Fernando e Residências Universitárias de Lisboa e Porto, prevê-se um total de 5.196.000,00 €.

Quanto à Quotização, podemos estimar que do proveito total a obter no ano de 2015, somado ao saldo previsto para 31 de Dezembro de 2014 e deduzido do saldo provável em 31 de Dezembro de 2015, sejam cobrados, no decurso do ano orçamentado, 3.376.000,00 €.

Da ocupação do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita seja de 525.000,00 €.

Na Residência de Loures, estima-se uma receita de 555.000,00 €.

Para a Residência de Vila Fernando, cuja capacidade máxima de ocupação já se atingiu, prevemos uma receita de 325.000,00 €.

Apesar da divulgação e da boa recetividade em relação ao empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita da atividade desenvolvida na Unidade de Turismo Rural, estimando apenas 325.000,00 €.

Para as Residências Universitárias de Lisboa e do Porto, estima-se uma receita de 90.000,00€.

2.1.2.2. – Venda de bens e serviços correntes

Este capítulo agrega as receitas provenientes de “venda” de outros serviços prestados, como viagens e arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), a realizar em 2015, e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2014, que esperamos atingir o valor de 343.000,00 €.

2.2. – Receitas de Capital

2.2.1. – Ativos Financeiros

Ponderados os pressupostos para a previsão destes recursos, estima-se uma receita de “Ativos financeiros” aproximada de 5.761.000,00 €.

Para os “Abonos reembolsáveis”, procedemos ao cálculo do retorno de capital com base no prazo máximo de reembolso, embora a escolha dos associados seja diversificada.

Reforçando a margem de segurança nas estimativas efetuadas, no valor dos “Ativos financeiros”, foi também calculada e deduzida uma percentagem de novos valores para contencioso.

2.2.2. – Outras Receitas de Capital

Não foram, totalmente utilizados os recursos disponíveis, prevendo-se que o valor que constitui o “Saldo da gerência anterior”, a transitar para o ano de 2015, seja na ordem de 3.700.000,00 €.

2.3. – Operações extra - orçamentais

Em “Operações de tesouraria – Retenção de receitas do Estado” são inseridos os descontos efetuados nos vencimentos dos funcionários, bem como os encargos do Cofre a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em “Despesas”.

As “Outras Operações de Tesouraria” incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros sem “receita” ou “despesa” mas com expressão na tesouraria.

2.4. – Despesas Correntes

Neste agrupamento inserem-se as Despesas com o pessoal, a Aquisição de bens, serviços e Transferências correntes, como despesas de maior volume.

Nas “Despesas com o pessoal”, encontram-se previstos os ajustamentos necessários e inerentes à eficiência pretendida ao nível do funcionamento dos serviços que prestamos de acordo com o Quadro de Pessoal.

Em “Aquisição de bens e serviços”, estão incluídas as despesas respeitantes aos fornecimentos e serviços adquiridos a entidades externas indispensáveis ao funcionamento das diversas atividades da Instituição.

Em “Transferências correntes”, ajustamos os valores das rubricas que compõem este grupo e de acordo com os acontecimentos verificados ao longo do ano, elevando a previsão total para 856.000,00 €.

Continuamos a manter a rubrica “Dotação provisional” com o valor de 10.000,00 €, mas julgado tecnicamente correto, prevenindo a eventualidade de fazer face a pagamentos não previstos no orçamento.

O total de despesas correntes estimado atinge os 5.197.000,00 €.

2.5. – Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria para o ano de 2015 será efetuado com o somatório dos fundos cuja existência se prevê para o final do ano de 2014 e dos recursos estimados para o ano a que respeita o Orçamento.

As componentes de maior volume são a “Aquisição de bens de capital” e os “Ativos financeiros”, este último subdividindo-se em “Empréstimos de curto, médio e longo prazo” – “Sociedades financeiras” e “Famílias”. Nestas “Famílias” estão incluídas as dotações entendidas como necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento, tendo em conta a análise do comportamento dos associados.

A “Aquisição de bens de capital” corresponde aos Investimentos, aumentos de Ativos decorrentes de grandes beneficiações a efetuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens. Para esta componente prevê-se um total de 5.990.000,00 €.

Os excedentes possíveis encontram-se integrados nas rubricas das Sociedades Financeiras, permite-nos prever um Saldo no fim do ano de 2015 de 2.050.000,00 €, uma parte aplicada em diversos produtos a médio e longo prazo e outra em disponibilidades a curto prazo.

Das dotações que compõem estas despesas com “Famílias”, salientamos:

- Empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação): 2.750.000,00 €;
- Abonos reembolsáveis e Outros empréstimos: 6.650.000,00 €;
- Segundas tranches e seguintes, de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação: 20.000,00 €.

Para a realização e integral cumprimento do orçamento é necessário contar com a colaboração de todos como tem acontecido, Associados, Trabalhadores e Órgãos Sociais.

A delicada situação económica vigente à qual o Cofre, como se aludiu, não está imune, deve consubstanciar em todos nós uma vontade ainda mais forte para a ultrapassar. O trabalho em prol da nossa comunidade mais desfavorecida, a ajuda através dos mecanismos colocados à sua disposição, as disponibilidades do Cofre e a nossa solidariedade serão uma realidade.

E;

Como é sabido a construção de qualquer orçamento tem por base pressupostos decorrentes do plano de atividades e, como não podia deixar de ser, de uma previsão das repercussões do seu desenvolvimento por quem detém a responsabilidade de gestão da Instituição. Só assim se poderá entender como um instrumento de trabalho essencial.

Concluindo;

Tudo isto não teria sido possível sem a participação ativa e, diligente da maior parte dos trabalhadores do Cofre e dos nossos prestadores dos mais variados serviços.

Assim, esperamos, com este orçamento merecer a vossa aprovação.

Lisboa, 25 de Novembro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Tomé Jardim

Francisco Manuel Feliciano Pinteus

Vítor Calado Luz

Maria Catarina Gonçalves dos Santos

Maria Manuela Charrua Franco

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	RECEITAS CORRENTES	
04	Taxas, multas e outras penalidades	30,00
05	Rendimentos da propriedade	1.625,00
06	Transferências correntes	5.196,00
07	Venda de bens e serviços correntes	343,00
08	Outras receitas correntes	2,00
	Total de receitas correntes	7.196,00
	RECEITAS DE CAPITAL	
09	Venda de bens de investimento	6.000,00
11	Activos financeiros	5.761,00
16	Saldo da gerência anterior	3.700,00
	Total de receitas de capital	15.461,00
17	Operações extra-orçamentais	1.700,00
	Total orçamentado	24.357,00

RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	2.807,00
02	Aquisição de bens e serviços	1.509,00
03	Juros e outros encargos	5,00
04	Transferências correntes	856,00
06	Outras despesas correntes	20,00
	Total de despesas correntes	5.197,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	5.990,00
09	Activos financeiros	11.470,00
	Total de despesas de capital	17.460,00
12	Operações extra-orçamentais	1.700,00
	Total orçamentado	24.357,00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS

Unidade: 1000€

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	Artigo	Grupo	Capítulo
RECEITAS CORRENTES						
04	02		Taxas, multas e outras penalidades			
		01	Multas e outras penalidades			
			Juros de Mora	15,00		
		99	Multas e penalidades diversas	15,00	30,00	30,00
05	02		Rendimentos da propriedade			
		01	Juros - Sociedades financeiras			
			Bancos e outras instituições financeiras	59,00	59,00	
		03	Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administ.central - Serviços e fundos autónomos	11,00	11,00	
		05	Juros - Famílias		1.555,00	1.625,00
06	08		Transferências correntes			
			Famílias			
		01	Famílias	5.196,00	5.196,00	5.196,00
07	02		Venda de bens e serviços correntes			
			Venda de Serviços			
		99	Outros	25,00	25,00	
		03	Rendas			
		01	Habitações	271,00		
		02	Edifícios	47,00	318,00	343,00
08	01		Outras receitas correntes			
			Outras			
		99	Outras	2,00	2,00	2,00
Total de receitas correntes						7.196,00
RECEITAS DE CAPITAL						
09	02		Venda de bens de investimento			
			Habitações			
		10	Famílias	6.000,00	6.000,00	6.000,00
11	03		Activos financeiros			
			Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos	1,00	1,00	
		06	Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	5.760,00	5.760,00	5.761,00
16	01		Saldo da gerência anterior			
			Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A -Tesouraria (Bancos e Caixa)	450,00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	3.250,00	3.700,00	3.700,00
Total de receitas de capital						15.461,00
17	01		Operações extra - orçamentais			
			Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		1.000,00	
		02	Outras operações de tesouraria		700,00	1.700,00
Total orçamentado						24.357,00

DESENVOLVIMENTO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS

Unidade: 1000€

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			DESPESAS CORRENTES			
01			Despesas com o pessoal			
	01		Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1.341,00		
		04	Pessoal dos quadros - Regime cont.indiv.trabalho	1,00		
		06	Pessoal contratado a termo	168,00		
		07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1,00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	5,00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	2,00		
		11	Representação	1,00		
		13	Subsídio de refeição	130,00		
		14	Subsídio de férias e de Natal	246,50		
		15	Remunerações por doença e maternidade/patern	3,00	1.898,50	
	02		Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	15,00		
		04	Ajudas de custo	1,00		
		05	Abono para falhas	6,00		
		06	Formação	10,00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1,00		
		11	Subsídio de turno	52,00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	3,00		
		13	Outros suplementos e prémios	272,50		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Remunerações de corpos gerentes	32,00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1,00	393,50	
	03		Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	20,00		
		03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1,50		
		04	Outras prestações familiares	1,00		
		05	Contribuições para a segurança social	414,50		
		08	Outras pensões	38,00		
		09	Seguros	39,00		
		10	Outras despesas de segurança social	1,00	515,00	2.807,00
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
		02	Combustíveis e lubrificantes	40,00		
			A transportar	40,00		2.807,00

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup.	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte	40,00		2.807,00
		04	Limpeza e higiene	55,00		
		06	Alimentação - Géneros para confeccionar	46,00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	10,00		
		08	Material de escritório	30,00		
		11	Material de consumo clínico	5,00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	5,00		
		17	Ferramentas e utensílios	10,00		
		18	Livros e documentação técnica	2,00		
		21	Outros bens	42,00	245,00	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	209,00		
		02	Limpeza e higiene	42,50		
		03	Conservação de bens	150,00		
		09	Comunicações	150,00		
		10	Transportes	3,00		
		11	Representações dos serviços	5,00		
		12	Seguros	50,00		
		13	Deslocações e estadas	6,00		
		14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4,00		
		15	Formação	5,00		
		17	Publicidade	5,00		
		18	Vigilância e segurança	2,00		
		19	Assistência técnica	5,00		
		20	Outros trabalhos especializados	507,50		
		25	Outros serviços	120,00	1.264,00	1.509,00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	5,00	5,00	5,00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1,00	1,00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	550,00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	250,00		
			C - Rendas vitalícias	18,00		
			D - Bolsas de Estudo	35,00		
			E - Subsídios sociais	2,00	855,00	856,00
			A transportar			5.177,00

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagru	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte			5.177,00
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		10,00	
	02		Diversas			
	01		Impostos e Taxas	1,00		
	03		Outras			
			A - Restituições	5,00		
			B - Diversos	4,00	10,00	20,00
			Total de despesas correntes			5.197,00
			DESPESAS DE CAPITAL			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
	02		Habitacões	250,00		
	03		Edifícios	4.150,00		
	04		Construções diversas	5,00		
	06		Equipamento de transporte	25,00		
	07		Equipamento de informática	35,00		
	09		Equipamento administrativo	20,00		
	10		Equipamento básico	1.500,00		
	15		Outros investimentos	5,00	5.990,00	5.990,00
09			Activos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
	03		Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	550,00	550,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
	03		Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	1.500,00	1.500,00	
	13		Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	2.500,00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	250,00		
			C - Subsídios reembolsáveis	6.500,00		
			D - Outros empréstimos ou adiantamentos	150,00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	20,00	9.420,00	11.470,00
			Total de despesas de capital			17.460,00
12			Operações extra-orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		1.000,00	
	02		Outras operações de tesouraria		700,00	1.700,00
			Total orçamentado			24.357,00

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2015

Nos termos do artigo 104º dos Estatutos do CPFAE, o Conselho Fiscal (CF), em sessão realizada em 27 de Novembro de 2014, analisou o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2015 apresentados pelo Conselho de Administração (CA).

1. PLANO DE ACTIVIDADES

Sobre o Plano de Actividades, o CF teve em conta o esforço preconizado pelo CA, no sentido de prosseguir a política de apoio aos sócios em matéria de aquisição de habitação, mantendo a deliberação de aumento do número de anos para a amortização dos empréstimos, no domínio do arrendamento, não aplicando o coeficiente do aumento das rendas, no âmbito dos abonos reembolsáveis, mantendo o montante previsto para os mesmos no corrente ano, bem como no que se refere à continuidade de bolsas de estudo para estudantes do ensino secundário e universitário e para compensação (bolsa sénior) destinada aos sócios sem rendimentos suficientes para suportarem o pagamento das prestações nas Residências do Cofre.

O CF deu ainda especial atenção à intenção do CA quanto ao reforço do equipamento para os sócios idosos que não possam viver em companhia de familiares, designadamente, o aumento da capacidade de alojamento na Residência de Loures, as diligências encetadas com vista à obtenção de espaços adequados para a construção de Residências Sénior em Leiria e no concelho do Seixal, bem como a realização de protocolos para a resolução do alojamento de idosos necessitados na região do Porto, ou que necessitem de apoio uma parte do dia, como será o projecto para Queluz.

Como é conhecido, os equipamentos destinados aos sócios acima aludidos apresentam, normalmente, défices avultados dado que o que pagam os utentes, normalmente ex-trabalhadores da Administração ou seus familiares com poucas posses, não cobre os custos, tanto mais que a política do CA é a de um tratamento digno para todos os utentes. No entanto, o CF recomenda que em relação aos equipamentos em causa, sem prejuízo do referido tratamento, haja um esforço de racionalização das despesas visando a atenuação dos défices, incluindo a hipótese de pagamentos diferenciados em função das posses dos beneficiários e ou dos seus familiares, bem como de criação de uma compensação complementar, em moldes a definir, nos casos em que a situação económica de cada sócio o permita.

O CF congratulou-se com as medidas destinadas a tornar rentável o Centro de Lazer do Vau, que já apresenta resultados operacionais positivos, e recomenda que sejam efectuadas as diligências necessárias para que os mesmos objectivos sejam atingidos na Quinta de Santa Iria com as melhorias que já foram introduzidas na respectiva gestão, agora feita, tal como no Vau, directamente pelo Cofre, e com o início da exploração dos novos equipamentos ali construídos e recentemente inaugurados.

2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO

Quanto à Proposta de Orçamento, o CF analisou o aumento das receitas e despesas previstas para 2015 relativamente a 2014.

2.1. Quanto ao aumento das receitas, que se cifra na ordem dos 21,9%, ficará a dever-se à venda de bens de investimento não necessários ao Cofre, que se prevê atinja 6.000.000 € (prédio da Rua dos Sapateiros após a instalação do total dos trabalhadores dos serviços centrais e dos membros dos órgãos sociais no edifício da Rua da Prata, prédios de rendimento em zonas que não permitem arrendamento em termos rentáveis ou cuja degradação não justifique despesas de remodelação e, ainda, a venda do terreno que o Cofre possui em Arcozelo após loteamento do mesmo), mantendo-se praticamente inalteráveis as receitas correntes e sofrendo as de capital referentes a activos financeiros um decréscimo de 3,9%.

O Conselho concorda com a proposta da venda do património acima mencionado, pelas razões aludidas e porque permitirá cobrir os custos de remodelação do prédio destinado ao funcionamento dos serviços centrais e os relativos à construção e apetrechamento dos novos equipamentos destinados a idosos mencionados em 1 do presente parecer.

2.2. Quanto ao aumento das despesas, também da ordem dos 21,9% relativamente às previstas para o corrente ano, são as de capital as que se destacam devido aos custos de remodelação, construção e apetrechamento acima referidos e ainda a beneficiações em prédios de rendimento, tudo estimado em 5.990.000 €, considerando o CF justificada a despesa devido às mais-valias que resultam para o funcionamento dos serviços do Cofre e sobretudo para a realização dos seus objectivos sociais, sucedendo ainda que será suportada pela já aludida venda de património.

Nas despesas correntes, cujo aumento em relação ao previsto para o corrente ano é de 9,46%, o CF alerta para o acréscimo das relacionadas com transferências correntes na parte em que é influenciado pelo pagamento de reembolsos de vencimento perdido por doença, rubrica em que está previsto um aumento da ordem dos 67% face ao ano em curso. Prevê-se um aumento exponencial desta despesa dadas as novas regras de desconto no vencimento no que a vencimento perdido por doença respeita, razão pela qual recomenda-se ao CA uma alteração das regras estatutariamente previstas sobre este benefício por forma a torná-lo comportável em sede orçamental e de tesouraria.

3. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O CF, tendo em conta o envelhecimento da massa associativa, a diminuição do número de sócios, no essencial devido a causas naturais e também a saídas a pedido de muitos outros das faixas etárias intermédias, sem que estas saídas sejam plenamente compensadas com a entrada de novos associados, partilha a preocupação manifestada na nota de abertura do Plano de Actividades e regista com agrado a tentativa de solução já posta em prática pelo CA. Porém, dada a gravidade da situação, aliás, reconhecida por aquele órgão, a que não é alheio o impacto das medidas de austeridade sobre o rendimento dos trabalhadores da Administração Pública, recomenda o prosseguimento de esforços no sentido de serem encontradas soluções eficazes que permitam atrair novos sócios devido à diversidade de vantagens oferecidas pelo Cofre, tendo em conta também as dificuldades da maioria dos trabalhadores que reúnem condições para o efeito no sentido de poderem suportar o pagamento da quota actualmente prevista para

a modalidade B, pelo que importará equacionar um regime de quotização alternativo ao actual, que torne mais atractiva a angariação de novos sócios face a um encargo menos oneroso nas disponibilidades financeiras familiares.

4. DÍVIDAS

O CF reitera a sua preocupação com o montante das dívidas dos sócios, assunto que sabe ter merecido atenção especial por parte do CA, recomendando que prossiga os esforços já em prática destinados à cobrança contenciosa e à análise cuidada da capacidade dos interessados em empréstimos relativamente à possibilidade de solverem os respectivos compromissos, continuando tais imparidades a ser devidamente acauteladas e evidenciadas em sede contabilística.

5. CONCLUSÃO

O CF considera adequado às finalidades do CPFAE o Plano de Actividades e a Proposta de Orçamento para 2015 e reconhece que estes documentos obedecem às normas legais e técnicas em vigor quanto à sua elaboração, pelo que entende que os instrumentos de gestão em causa estão em condições de poderem ser aprovados.

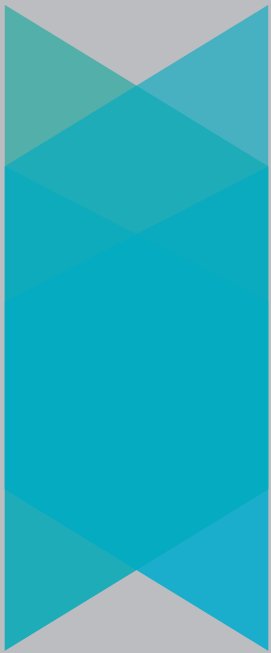
Em 27 de Novembro de 2014

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Esteves Cochicho Modas

José Alexandre Aleixo Ramalho



COFRE
DE PREVIDÊNCIA

COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO

Sede: Rua do Arsenal, Letra E | Apartado 2500 | 1112-803 Lisboa
Atendimento e Tesouraria: Rua dos Sapateiros, 58 | 1100-579 Lisboa
Telf.: 213241060 | Fax: 213470476
E-mail: geral@cofreprevidencia.pt